

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

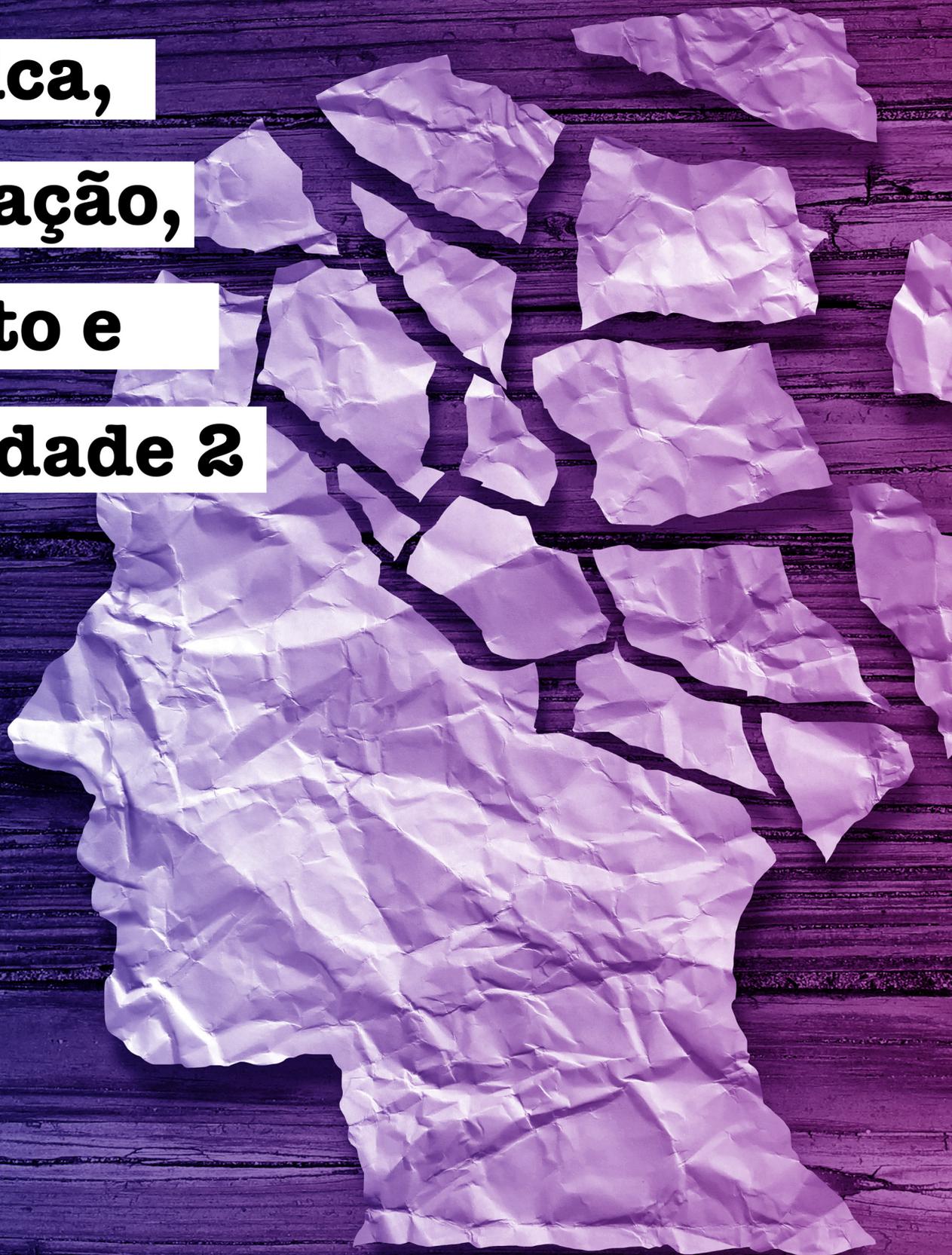
Filosofia

Política,

Educação,

Direito e

Sociedade 2



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições

para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cine diversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
CAPÍTULO 2	13
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
CAPÍTULO 3	24
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
CAPÍTULO 4	31
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
CAPÍTULO 5	55
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira Rodrigo Nicéas Carneiro Leão Tatiana Cristina dos Santos Araújo Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
CAPÍTULO 6	70
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva Thayane Lopes Miranda Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
CAPÍTULO 7	80
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.9571904028	
CAPÍTULO 9	99
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
DOI 10.22533/at.ed.9571904029	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.95719040210	
CAPÍTULO 11	121
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
DOI 10.22533/at.ed.95719040211	
CAPÍTULO 12	126
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.95719040212	
CAPÍTULO 13	139
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
DOI 10.22533/at.ed.95719040213	
CAPÍTULO 14	146
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.95719040214	
CAPÍTULO 15	156
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.95719040215	

CAPÍTULO 16	166
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
CAPÍTULO 17	179
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
CAPÍTULO 18	189
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
CAPÍTULO 19	200
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
CAPÍTULO 20	210
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
CAPÍTULO 21	222
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
CAPÍTULO 22	231
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

CAPÍTULO 23 242

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

DOI 10.22533/at.ed.95719040223

CAPÍTULO 24 252

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

DOI 10.22533/at.ed.95719040225

SOBRE A ORGANIZADORA..... 265

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Licenciatura em Educação Física na Universidade Federal do Amazonas, Parintins – Amazonas; Especialização em Docência no Ensino Superior, na Universidade Federal do Amazonas, Parintins – Amazonas.

Patrícia dos Santos Trindade

Professora no curso de Licenciatura em Educação Física na Universidade Federal do Amazonas, Parintins - Amazonas; doutoranda do programa de pós graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dainessa de Souza Carneiro

Licenciatura em Educação Física na Universidade Federal do Amazonas, Parintins – Amazonas; Especialização em Docência no Ensino Superior, na Universidade Federal do Amazonas, Parintins – Amazonas.

Lucas Diógenes Leão

Licenciatura em Educação Física, na Universidade Federal do Amazonas, Parintins - Amazonas; Especialização em Educação Física Escolar, na Claretiano - Centro Universitário, Polo Parintins - Amazonas; Mestrando do programa de pós graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, Manaus – Amazonas.

Gerleison Ribeiro Barros

Licenciatura em Educação Física, na Universidade Federal do Amazonas, Parintins - Amazonas; mestrando em Educação Física, na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Minas Gerais.

RESUMO: Nosso objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo e caráter exploratório, da qual participam cinco professores de Educação Física do ensino fundamental (sexto ao nono ano), em duas escolas do município de Parintins-AM. Para coleta de dados, realizamos observações sistemáticas das aulas, além de entrevistas semiestruturadas com aqueles professores que, a nosso ver, não respeitam as questões de gênero em suas práticas pedagógicas. Assim, sugerimos que eles pesquisem o assunto e passem a ministrar aulas coeducativas, despertando nos alunos o interesse pela reflexão acerca da desigualdade de gênero presente na sociedade atual.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Educação Física, Coeducação.

ABSTRACT: Our objective is to investigate whether Physical Education teachers adopt pedagogical practices pertinent to gender issues, through coeducational classes. This is a field research of qualitative and exploratory nature, in which five Physical Education teachers from elementary school (sixth to ninth grade) participate in two schools in the city of Parintins-AM. For data collection, we performed

systematic observations of the classes, as well as semi-structured interviews with those teachers who, in our view, do not respect gender issues in their pedagogical practices. Thus, we suggest that they research the subject and begin teaching coeducational classes, awakening in the students the interest in reflecting on the gender inequality present in today's society.

KEYWORDS: Gender, Physical Education, Coeducation.

INTRODUÇÃO

Ao longo das vivências acadêmicas no curso de Educação Física, disciplina Estágio Supervisionado II, determinados fatos nos estimularam a realizar esta pesquisa: a separação de meninos e meninas nas aulas de Educação Física e a distinção de atividades práticas entre eles. Então, optamos por realizar um estudo sobre essa temática, considerando a prática docente de outros professores, em outras escolas do mesmo município.

As questões de gênero se apresentam como grandes desafios, com estereótipos que estigmatizam a mulher como inferior ao homem. Diante disso, surgiu o interesse em pesquisarmos sobre as questões de gênero na Educação Física escolar, visto que na escola encontramos uma gama variada de diferenças, sobrepujadas pelo ideal de um bem comum.

Nesse sentido, consideramos a Coeducação o melhor caminho para a Educação Física escolar superar a desigualdade de oportunidades sociais entre os gêneros, sem menosprezar o feminino.

Segundo LOURO (1997), compreender a desigualdade de gênero requer acessar as representações que a sociedade atribui ao feminino e ao masculino, e não suas diferenças biológicas. Fundamentados nessa concepção, nosso objetivo geral é investigar se os professores de Educação Física em duas escolas públicas do município de Parintins respeitam as relevantes questões de gênero (aulas coeducativas) em suas práticas pedagógicas. Elencamos três objetivos específicos: 1) Analisar a percepção dos professores quanto à realização das mesmas atividades por meninos e meninas; 2) Identificar a preferência dos professores de Educação Física quanto à forma de ministrar suas aulas; 3) Verificar quais fontes de pesquisa os Professores de Educação Física do sexto ao nono ano utilizam para fundamentar suas aulas, no que diz respeito ao gênero.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo e caráter exploratório. É descritiva, pois descrevemos as características do fenômeno observado. Participaram cinco professores de Educação Física (dois da Escola A e três da Escola B), que lecionam no ensino fundamental do sexto ao nono ano, na rede estadual de ensino,

em Parintins-AM. Participaram indiretamente da pesquisa cerca de 400 alunos(as), sem os quais não seria possível investigar as práticas docentes.

Para coletar os dados realizamos uma entrevista semiestruturada com cada professor, gravada individualmente em aparelho digital de áudio e transcrita. Utilizamos ainda o tipo de observação sistemática que, segundo GIL (2012), objetiva descrever os fenômenos presentes na realidade e levantar os dados mais relevantes para alcançar os objetivos da pesquisa. As observações foram registradas no diário de campo para facilitar o trabalho no momento da análise. Os encontros aconteceram no período de vinte e nove de julho a vinte e três de agosto de 2013, em três turmas do sexto ano, seis do sétimo, duas do oitavo e seis do nono ano, em tempos e espaços diferentes: sala de aula, piscina, campo de futebol, quadra descoberta e quadra coberta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, descrevemos, interpretamos e discutimos a opinião dos professores envolvidos nesse processo, destacando alguns trechos das entrevistas:

Informante 1 (H)	“[...] eu tenho o máximo de cuidado de inserir atividades, [...] para que todos participem[...]pois são capazes de realizar as mesmas atividades[...]. A minha função como professor é tentar ao máximo dizer que... é um estereótipo que a sociedade cria: que só meninas podem desenvolver determinadas atividades, assim como para os meninos”
Informante 2 (M)	“[...] tem algumas atividades que ambos conseguem praticar igualmente, no que diz respeito ao nível de capacidade física. Mas depende das habilidades motoras de cada um, menino ou menina, mas dá para equilibrar as atividades de forma que meninos e meninas pratiquem de forma igual.”
Informante 3 (H)	“[...] eu sempre trabalho em conjunto, tento colocar as meninas junto dos meninos, mesmo porque sempre elas vão ser inferiores a eles. [...]Em algumas atividades eu separo a turma, como na queimada. Um time dos meninos e um das meninas, mas no caso eu interfiro, pois eu jogo no time das meninas, justamente para dar mais força para elas [...]”.
Informante 4 (H)	“[...]geralmente as meninas têm uma tendência para uma prática diferente de esporte. Os meninos gostam de futebol de campo, futebol de salão. As meninas já gostam mais de um voleibol, de um handebol, de uma queimada.”
Informante 5 (M)	“[...] Se sabe que menino quer saber só de futsal. E as meninas não gostam de fazer atividade física, [...]. Inclusive DANÇA foi um dos conteúdos que trabalhei, e os meninos fizeram no início meio acanhados, mas por incrível que pareça depois se soltaram, sem se preocupar com as brincadeiras que poderiam aparecer, por estarem praticando uma atividade mais para as meninas.”

Tabela 1. Qual sua concepção nas aulas de Educação Física quanto à participação de meninos e meninas nas atividades propostas?

Podemos afirmar que todos os informantes, em algum momento, distinguem a mulher do homem no que refere à prática de atividades nas aulas de Educação Física, reproduzindo alguns estereótipos, apesar de trabalharem com turmas mistas. No dia trinta e um de julho de 2013, na Escola A, nono ano, o informante um solicitou que a turma formasse dois grupos mistos para jogar queimada. Quando os meninos de ambas as equipes se preparavam para arremessar a bola, o professor alertava: “*Na outra equipe tem menina! Cuidado!*”. Assim, os meninos arremessavam a bola com menos força nas meninas, reforçando sua condição de fragilidade, de acordo com a opinião do professor.

Os informantes um e três destacam a fragilidade das meninas, excluindo-as por serem consideradas menos habilidosas que seus colegas. De acordo com SOUZA & ALTMANN (1999, p.55), o gênero está relacionado a muitas outras categorias e a desigualdade de gênero também ocorre em grupos do mesmo sexo, com a exclusão de meninos considerados menos habilidosos que outros.

Em consequência, não se deve afirmar que as meninas possuem menos habilidade física do que os meninos, pois as categorias referenciadas – *idade, raça, etnia, classe social, altura, peso corporal, habilidades motoras* - se encontram em grupos femininos, masculinos ou mistos, *em todos os espaços sociais*.

Os informantes quatro e cinco planejam suas aulas a partir do conceito de gênero, mesmo afirmando que todos(as) realizam as mesmas atividades.

É impossível compreender as diferenças a partir do determinismo biológico, pois o sexo não define as diferenças comportamentais entre homens e mulheres, já que os comportamentos são construídos social e historicamente (FINCO, 2013). Portanto, ao afirmar que as meninas têm uma “prática diferenciada” dos meninos, por serem mais frágeis, os professores reproduzem os estereótipos atribuídos ao feminino e ao masculino.

Informante 1 (H)	“[...]esportes, a dança, as ginásticas, lutas, envolvendo todos os meninos e meninas. Como estratégia primeiramente eu tento conscientizar os alunos, [...]que eles entendam que em casa eles convivem em sociedade, [...] sem separação entre os sexos, assim é na escola. E [...]trabalhando conteúdos de forma igual tanto para meninos quanto para meninas.”
Informante 2 (M)	“[...] voleibol, ginástica, jogos e etc., [...]o diálogo foi uma das estratégias que eu achei viável para eles trabalharem em grupo.”
Informante 3 (H)	“[...] jogos recreativos, competitivos, p r é - desportivos, cooperativos. Busquei essas atividades, mesmo porque já fazem parte da cultura dos alunos, e isso ajudou para que as aulas se tornassem mais dinâmicas.”
Informante 4 (H)	“Coloco a nataçãõ como prioridade, pela estrutura que a escola oferece. Além do futebol de campo, futebol de salão, voleibol, atividades coletivas, atividades individuais, utilizo como estratégias as adaptações nos planejamentos, por exemplo, se eu ministrar o conteúdo de voleibol, reservo 15 a 20 minutos para a recreação.”

Informante 5 (M)	“Alimentação saudável, distúrbios alimentares, dança, esportes, jogos recreativos.”
-------------------------	---

Tabela 2. Quais os conteúdos e estratégias que você trabalha nas aulas de educação física?

Os informantes um, dois, três e cinco destacaram vários conteúdos e o informante quatro se dedica exclusivamente ao conteúdo de Esportes encarados como um “passatempo” pois, segundo as observações registradas em seis de agosto de 2013, em uma turma de sexto ano, o professor apenas disponibiliza uma bola de futsal para alguns meninos (figura um) enquanto algumas meninas dançam funk na parte externa da quadra (figura dois).



Figura 1 – meninos jogando futsal

Arquivo pessoal - Fotografia: Raymara Santos (2013)



Figura 2 – meninas dançando

Arquivo pessoal - Fotografia: Raymara Santos (2013)

Vale ressaltar que esse professor, além de não interferir na separação da turma, privilegiou os meninos que queriam jogar futsal. Assim, as meninas saíram da quadra e começaram a dançar. O professor comentou, confiante:

Pronto! Agora é só esperar o tempo da aula acabar! Eu gosto assim: quando deixo meus alunos livres pra escolherem o que querem praticar, justamente para eu não forçar elas a jogarem futsal e nem obrigo os meninos a dançarem com elas! (Informante 4).

Essa fala do professor é uma justificativa infundada para evitar discussões importantes que deveriam ocorrer em sala de aula, ignorando os conflitos que se tornam óbvios aos olhos de alguém mais crítico (ABREU, 1993). Esse mesmo professor, no dia quatorze de agosto de 2013, organizou uma prática de futebol de campo com meninos e meninas do sétimo ano, competindo simultaneamente, em times separados por gênero (figura três). Eis a fala do informante quatro: *“Tá vendo, professora, como há interação entre meninos e meninas em minhas aulas?”*



Figura 3 – meninos e meninas jogando futebol
Arquivo pessoal - Fotografia: Raymara Santos (2013)

Uma prática Coeducativa não significa apenas misturar meninos e meninas, sem que haja uma reflexão sobre o método e o conteúdo que está sendo trabalhado (AUAD, 2006). Assim, o caso anterior configura uma pseudo -mistura.

No dia cinco de agosto de 2013, foi registrada uma única aula de Educação Física Coeducativa, ministrada pelo informante um para uma turma do 8º ano. A aula de Lutas contou com a presença de meninos e meninas realizando os mesmos movimentos as mesmas experiências sobre segurança pessoal, por meio de alguns golpes básicos, como mostram as figuras quatro e cinco. Acima de tudo, não houve comentários discriminatórios por parte do professor ou dos(as) alunos(as) em relação às habilidades na execução dos movimentos.



Figura 4 – aula de lutas: aquecimento
Arquivo pessoal - Fotografia: Raymara Santos (2013)



Figura 5 – aula de lutas: características coeducativas
Arquivo pessoal - Fotografia: Raymara Santos (2013)

Além de ser uma aula mista, privilegiou-se a igualdade de gênero, visto que o conteúdo de Lutas atualmente é livre. inserida nos anos 1930 na Educação Física escolar, essa disciplina só podia ser praticada por homens, pois exigia bastante esforço físico e movimentos violentos (SOUSA; ALTMANN, 1999).

Informante 1 (H)	“[...]os PCN’s de Educação Física, alguns artigos científicos. [...] DARIDO, que fundamenta as questões de gênero...”
Informante 2 (M)	“[...] os PCN’s, onde neles mesmos já estão presentes a questão da sexualidade, a questão de gênero na Educação Física.”
Informante 3 (H)	“Eu nunca busquei conteúdos de algum autor, livro. Tudo o que repasso é o que eu observo que será absorvido mais fácil por eles. Eu busco conteúdos que são bem mais frequentes na vida do adolescente, como as drogas, sexualidade, coisas que muitas vezes não são conversadas entre eles e a família. O conhecimento empírico meu e dos alunos.”
Informante 4 (H)	“Utilizo apenas pesquisas da internet, com o Google, resumo todas as pesquisas e repasso para os alunos as partes principais dos conteúdos.”
Informante 5 (M)	““Não uso muito não!”. Trabalho mais sobre a opinião deles. Conteúdos da internet, vídeos de assuntos do cotidiano deles mesmo.”

Tabela 3. Quais os aportes teóricos utilizados para fundamentar suas aulas?

Gênero, Educação Física e Coeducação, aulas mistas e separadas são conteúdos essenciais para privilegiar a igualdade de gênero. Mas apenas os informantes um e dois afirmaram buscar estudos relacionados com os PCN’s nos conteúdos de lutas, ginásticas, jogos e atividades rítmicas. BRASIL (1998, p.75) fala a “respeito das diferenças e características relacionadas ao gênero presentes nas práticas da cultura corporal de movimento”.

Os informantes três, quatro e cinco não buscam novas informações em relação às questões de gênero, nem se dedicam à leitura básica dos PCN’s, geralmente acessíveis nas bibliotecas das escolas, o que é preocupante, pois os professores devem atualizar suas práticas pedagógicas, refletindo acerca da realidade presente na Educação Física escolar e na sociedade em geral.

Informante 1 (H)	“A dificuldade é a questão cultural, de criação, questão social, de comportamento. [...] Pra mim torna-se fácil trabalhar em conjunto, e eu gosto muito, pois faço uma preparação dos alunos para a vida lá fora, a qual é em sociedade, em conjunto[...]”
Informante 2 (M)	“Encontro facilidade em trabalhar com meninos e meninas em conjunto, [...] eles (as) foram entendendo, compreendendo e querendo participar em conjunto. [...] Eu vejo dificuldades nas nossas alunas[...] não sabem mais correr, não sabem mais saltar, elas não experimentam, têm muito medo da altura, de cair, de escorregar. Os meninos não, eles fazem, eles correm, eles gostam de experimentar.[...], têm mais habilidades”.
Informante 3 (H)	“Nas aulas práticas tem a questão de eles serem mais ativos que elas, e elas serem mais acomodadas. [...] Nas aulas teóricas elas é que já dão um show neles, pois são mais fáceis para assimilar os conteúdos, explicam trabalhos bem melhor também. Não vejo dificuldades em trabalhar com meninos e meninas em conjunto”.

Informante 4 (H)	“Não há facilidade alguma em trabalhar meninos e meninas juntos. [...] Seria muito bom se nas aulas de educação física tivesse um horário para o masculino e um horário para o feminino,[...] Um trabalho mais leve para as meninas e um trabalho mais grosseiro para os meninos. [...]”
Informante 5 (M)	“Tranquilo!”. Não vejo dificuldade alguma nessa relação de convívio entre os meninos e as meninas, já que ambos vivem em conjunto o tempo todo na sociedade. Não tem como se trabalhar de forma separada na educação física.”

Tabela 4. Quais as facilidades e dificuldades encontradas em relação à convivência e participação de meninos e meninas nas aulas de Educação física?

Os informantes um e dois destacaram a questão cultural como dificuldade encontrada em relação à convivência e participação de meninos e meninas nas aulas de Educação Física. O informante dois enfatizou que os “meninos têm mais habilidades”. Abreu (1993, p. 114) afirma que “a falta de habilidade das meninas geralmente se origina da falta de prática, que por sua vez é oriunda de fatores culturais, tais como tipos de brincadeiras infantis[...]”, considerando o fato de muitas vezes a família tradicional impor atividades domésticas para as meninas, brincadeiras dentro de casa, tendo os meninos maior liberdade para brincar fora de casa, correr, pular saltar.

Uma das estratégias adotadas pelo informante dois é justamente “colocar a turma no mesmo nível”, trabalhando as atividades de forma igualitária, sem pensar se alguém se destacará de forma positiva, “obrigando” os outros(as) a acompanhar seu desenvolvimento. As aulas de quatorze de agosto, figuras seis e sete, comprovaram que as meninas são capazes de praticar as mesmas atividades que os meninos praticam.



Figura 6 – aula de voleibol: 6º ano
Arquivo pessoal - Fotografia: Raymara Santos (2013)



Figura 7 – aula de voleibol: 9º ano
Arquivo pessoal - Fotografia: Raymara Santos (2013)

A desigualdade de gênero, segundo ABREU (1993), será revertida pelas intervenções dos professores. As figuras seis e sete mostram que é possível trabalhar as questões de gênero na Educação Física escolar, repensando os estereótipos atribuídos ao feminino e ao masculino. Entretanto, apesar de todos vivenciarem os

mesmos movimentos, as equipes são separadas por sexo, o que não caracteriza uma aula Coeducativa.

Os informantes um e cinco relacionam suas aulas com o convívio social fora da escola, comprovando como é importante ministrar aulas mistas, pois “separar meninas e meninos na escola seria criar uma divisão artificial, uma vez que eles não deveriam estar separados na sociedade.” (AUAD, 2006, p. 70).

Nota-se que a dificuldade do informante três são as individualidades de meninos e meninas. Ele considera as meninas “inferiores” aos meninos no que se refere à prática da Educação Física. Sua maior dificuldade é conciliar as diferenças biológicas, o que o leva a aplicar práticas diversificadas conforme o sexo, considerando as meninas mais frágeis que os meninos.

O informante quatro foi o único a assumir que a união de meninas e meninos é a maior dificuldade que ele enfrenta nas aulas. Corrêa, Nunes e Graeff (2012) explicam que, para se formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, as aulas de Educação Física não devem conter características próprias de rendimento, mas devem considerar a complexidade existente na formação do aluno. Diante disso, é visível a prática tradicional desse professor, que intensifica os estereótipos da sociedade, pois somente propõe o conteúdo de Esportes, mais especificamente o futsal e natação (para os que já sabem nadar), apenas direcionados aos meninos, já que as meninas praticam atividades “mais leves”, como a dança ou a caminhada.

Por outro lado, o informante cinco afirmou não haver problema algum no convívio de meninos e meninas, sempre aplicando os conteúdos básicos do voleibol, que os alunos reproduziam sem contextualização. Todos os alunos se interessaram pela prática, como mostram as figuras oito e nove.



Figura 8 – aula mista de voleibol: 7º ano

Arquivo pessoal - Fotografia: Raymara Santos (2013)



Figura 9 – aula livre de voleibol: 9º ano

Arquivo pessoal - Fotografia: Raymara Santos (2013)

Era notória a falta de interesse dessa professora em participar da pesquisa, uma vez que falou sucintamente e, quando observada, mantinha distância da pesquisadora,

falando baixo, como se não quisesse ser ouvida. No final da pesquisa, não foi possível acompanhar suas aulas, pois sempre criava desculpas para dispensar a pesquisadora.

A falta de organização permite que os servidores da própria escola participem da “aula”, como mostra a figura 9. Enquanto isso, a professora apenas observa a situação à distância, intervindo somente para avaliar os movimentos fora do padrão do voleibol. Um time sempre esperava o término da partida para também participar.

CONCLUSÕES

A partir dos resultados da pesquisa, concluímos que em geral os professores de Educação Física do sexto ao nono ano das escolas pesquisadas não respeitam as questões de gênero, não ministram aulas Coeducativas, importantes para a minimização da desigualdade de gênero presente em práticas docentes conflitantes com os discursos evidenciados nas pesquisas.

Sugerimos, portanto, que os professores de Educação Física do município de Parintins-AM busquem estudar, se atualizar e, em alguns casos, se informar sobre o conceito de Coeducação e como aplicá-la nas aulas de Educação Física escolar, respeitando as questões de gênero e contribuindo para a minimização da desigualdade entre gêneros presente nas aulas de Educação Física e na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, N. G. Meninos pra cá, meninas pra lá? In: VOTRE, Sebastião José (org). **Ensino e Avaliação em Educação Física**, São Paulo: Ibrisa, 1993, p. 101-120.

AUAD, D. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006;

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais (5ª a 8ª série)**: Educação Física. Brasília : MEC /SEF, 1998.

CORRÊA, J. T.; NUNES, L.; GRAEFF, B. Reflexões sobre aulas de educação física separada por sexo e mistas a partir da vivência no PIBID E.F. FURG. **Revista Didática Sistemica**, v. especial, n. 1, página 339-352, Maio/2012.

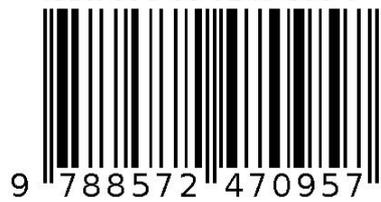
FINCO, D. **Os perigos da naturalização das relações sociais na educação infantil**. Disponível em: <www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/9144/os-perigos-da-naturalizacao-das-relacoes-sociais-na-educacao-infantil> Acesso em: 31 jul. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1997.

SOUSA, E. S.; ALTMANN, H. **Meninos e meninas**: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Cadernos Cedes, ano XIX, n. 48, Agosto/99.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957